

**PATRIMÔNIO PARA TODOS: PROMOÇÃO E DIFUSÃO DO USO PÚBLICO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE HISTÓRICA**

Silvia Helena ZANIRATO

Resumo: Neste texto são abordadas experiências de gestão do patrimônio cultural efetivadas nos centros históricos das cidades de Recife e Salvador. O objetivo do enfoque é o de refletir sobre o processo de intervenção ocorrido em tais espaços, sobretudo no que diz respeito ao entendimento dos agentes responsáveis pelas ações em relação ao direito do usufruto do patrimônio cultural pelos cidadãos que habitam essas cidades.

Palavras chave: Patrimônio cultural, renovação urbana, cidades sustentáveis

Abstract: In this text they are boarded experiences of accomplished management of the cultural heritage in the historical centers of the cities of Recife and Salvador. The objective of the approach is to reflect on the process of intervention occurred in such spaces, over all in what it says respect to the agreement of the responsible agents for the actions in relation to the right of the fruition of the cultural heritage for the citizens who inhabit these cities.

Key words: Cultural heritage, urban renewal, sustainable cities.

Introdução

Por patrimônio cultural entendem-se os diferentes modos de vida e de expressão dos seres humanos, as manifestações materiais e imateriais que afirmam e promovem a identidade cultural de um povo. As identidades “constituem fontes de significado” para os indivíduos e não são produtos acabados, mas resultam de um contínuo processo de construção.¹ O espaço urbano é, nesse sentido, um lugar privilegiado para a expressão dessas manifestações, pois é nesse conjunto de lugares que os indivíduos elaboram formas diferenciadas de representação e apropriação de práticas e valores socialmente construídos. Assim, ao se preservar aspectos do conjunto urbano se está preservando a memória e as tantas histórias ali vividas.

No entanto, a preservação do patrimônio culturalmente construído tem sido realizada sobre a influência de pressões econômicas, de especulações financeiras e imobiliárias, de modo que não se consegue garantir a todos os cidadãos o direito de desfrutar, em iguais condições, da monumentabilidade e da beleza do espaço público. O desafio consiste em adequar a preservação do patrimônio edificado com as necessidades da população citadina, a partir do princípio de que “os usos sociais do que foi produzido no passado devem estar relacionados com as necessidades contemporâneas da maioria dos habitantes”.²

Nesse sentido, este texto aborda experiências de gestão do patrimônio cultural efetivadas no Brasil, com o objetivo de refletir sobre a legitimidade e a sustentabilidade do processo de salvaguarda e conservação dos bens elevados à condição de patrimônio, bem como de pensar em outras possibilidades de renovação urbana nos espaços públicos, na infraestrutura e no meio ambiente para as pessoas que vivem nas cidades.

A construção conceitual e a formulação da normativa para a proteção do patrimônio.

O entendimento que se tem hoje do que seja patrimônio e as medidas de proteção destinadas a sua salvaguarda são resultantes de uma formulação lenta e gradual da cultura no mundo ocidental. É claro que encontramos desde a Antiguidade objetos valorados e conservados, bem como medidas jurídicas para sua proteção, advindas de motivações de ordem cultural, política, econômica e religiosa. Todavia, uma reflexão crítica acerca do valor histórico, artístico e cultural dos bens a serem conservados ocorreu em épocas mais recentes e que acarretaram transformações no conceito. Somente em finais do século XVIII, sobretudo a partir da Revolução Francesa é que se percebe uma outra sensibilidade em relação à proteção e conservação de bens considerados dotados de valor. A Revolução Francesa por um lado acarretou atos de vandalismo e destruição dos signos pertencentes ao passado monárquico, mas, por outro, instigou o desejo de conservação de elementos considerados 'testemunhos irrepreensíveis da história', monumentos que faziam referência à história nacional e que passaram a ser considerados bens de interesse público, cujo conhecimento e desfrute deveria ser disposto a todo cidadão. Buscou-se então uma política de conservação desses bens, uma administração encarregada de sua conservação e da preparação dos instrumentos jurídicos e técnicos para esse fim.³

A partir do século XIX podem ser encontradas as primeiras medidas para a proteção do patrimônio e o surgimento dos conceitos modernos de conservação e restauração, em face à necessidade de se evitar novas destruições. Os valores cognitivos, econômicos, artísticos eram os requisitos para a elevação de um bem à condição de monumento. Mas, o século XIX também transformou o conhecimento histórico em conhecimento científico, e, nesse processo, ao monumento se agregou o valor histórico, que se tornou preponderante para seu reconhecimento como patrimônio. Os monumentos passaram a ser vistos como testemunhos das etapas de desenvolvimento evolutivo da humanidade.⁴

A atribuição de valores aos monumentos não deixava de ser um juízo, amparado em critérios estéticos ou históricos. As obras de arte eram vistas como dotadas de muito mais valor do que um objeto de uso utilitário. As produções das classes subalternas raramente apareciam

como bens cuja conservação deveria ser contemplada. Esse entendimento acarretou na perda de inúmeros objetos não considerados relevantes para a história.⁵ Somados a isso, há que se considerar que naquele contexto, preservar significava tornar o bem uma figura museal, isolada de uso, disponível para a contemplação.⁶

O século XX acabou por produzir transformações nessas concepções patrimoniais. A aceleração da urbanização nas décadas iniciais do século XX fez mudar o juízo de que o bem devia ser algo disponível para a contemplação, mas sim interado de forma compatível com a morfologia da malha urbana. A cidade deixou de ser vista como um museu para ser reconhecida como um tecido vivo, com espaços que podem ser conservados e, ao mesmo tempo, integrados à vida, conciliando sua morfologia com novos usos. Ela tornou-se então um nível específico da prática social, na qual se vêem paisagens, arquitetura, praças, ruas, tradições, festas; um lugar de expressão da memória coletiva, de identidades compartilhadas pelos diferentes habitantes que a integram e que não é um todo homogêneo e articulado, mas antes um mosaico muitas vezes sobreposto, que expressa tempos e formas diferenciadas de viver.⁷

A compreensão de que a cidade é composta por edificações e por pessoas implicou na reformulação do conceito de patrimônio, uma vez que nos bens a serem preservados se incorporou o valor cultural, a dimensão simbólica que envolve a produção e a reprodução das culturas, que se expressa nos modos de uso dos bens.

A partir da segunda metade do século passou a haver um interesse cada vez maior aos aspectos nos quais se plasma a cultura de um povo. As línguas, os instrumentos de comunicação, as relações sociais, os ritos, as cerimônias, os comportamentos coletivos, os sistemas de valores e crenças passaram a ser vistos como referenciais culturais dos grupos humanos. Esses signos passaram a definir a cultura de um povo, um bem que necessitava de salvaguarda e com isso ampliou-se a noção de monumentos históricos como elementos condensadores de valores, que expressam as capacidades criativas de uma cultura. Surgiu assim a definição de bem cultural como a manifestação ou testemunho significativo da cultura humana.⁸

A ampliação do conceito permitiu a compreensão de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência as culturas ocidentais, assim como a cultura campesina não pode ser vista como menor em face às atividades industriais.

O reconhecimento da mudança conceitual se fez presente nos fóruns internacionais destinados a refletir sobre a preservação de bens culturais ou patrimônio cultural. A Convenção de Haia de 1954, patrocinada pela UNESCO, empregou o conceito. A partir de então ele passou a ter o sentido de objetos e estruturas herdadas do passado, com valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais. Ao longo das duas décadas seguintes a

essa definição incorporaram-se as noções de cultura e natureza, compreendidas como complementares e formadoras das identidades dos povos. O patrimônio cultural converteu-se no conjunto de elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade.⁹

Como pode ser constatada esta definição expressa a relação entre bens culturais e população, uma relação que ocorre em um marco territorial concreto. Assim, o ambiente urbano, enquanto lócus de concentração populacional, é um dos lugares privilegiados de expressão dos suportes materiais e simbólicos produzidos e reproduzidos pelos grupos humanos. A cidade distingue-se como um espaço de vivências, de experiências que conformam as culturas e as práticas de sociabilidade, manifestas nas permanências e nas transformações ali processadas.

Mas, enquanto manifestações da cultura, as cidades são resultantes das transformações do ambiente, são lugares heterogêneos e descontínuos em constante mudança, que marcam a passagem do homem pelo território. Nelas se vêem edifícios isolados revestidos de valor, um centro, os bairros antigos e novos com suas edificações dotadas de valor ambiental, ruas, praças, paisagens naturais e agrárias nas quais se faz presente a história e se sustenta a identidade coletiva de seus moradores.

Dentro desse mosaico que é a cidade, interessa a este estudo o que se designa como núcleo central ou centro histórico. Este pode ser definido como um espaço vivo da cidade, em constante transformação, no qual as marcas da passagem do tempo se fazem presentes em construções que expressam valores históricos e estéticos (Jokilehto, 2002, p. 14). Estas características tornaram-no um local sujeito a uma disciplina urbanística particular, destinada a conter as tendências e as forças sócio-econômicas que impulsionam o desenvolvimento urbano e que podem acarretar em implicações de ordem social.¹⁰

Justamente por isso as possibilidades de intervenção nos centros históricos foram debatidas em diversas ocasiões pelas organizações internacionais e resultaram em textos jurídicos e recomendações para a conservação desse espaço. De modo particular a UNESCO, o Conselho da Europa e a União Européia elaboraram documentos para orientar os problemas provenientes da deterioração dos centros históricos, resultantes tanto da ação do homem quanto da natureza. Buscaram-se encontrar os meios mais apropriados para preservar e conservar as edificações históricas, expostas muitas vezes à urbanização difusa e descontrolada, ao turismo de massas, entre outros agentes que poderiam ameaçar o patrimônio cultural presente nesses locais.

Uma preocupação sempre presente em tais discussões era como conciliar as necessidades sociais vinculadas ao abandono e empobrecimento desses centros com as regras estéticas que ditam as formas de realçá-los. Esse foi um assunto que norteou a

Declaração de Quebec de 1971: a busca de critérios para a intervenção quando esses espaços se encontrassem deteriorados. Dessa reunião ficou estabelecido que o patrimônio cultural compreende tanto os monumentos históricos, os desenhos urbanísticos e outros bens físicos, quanto as experiências vividas, condensadas em linguagens, conhecimentos, tradições materiais, modos de usar os bens e os espaços físicos. O conceito de patrimônio expresso abarcava assim tanto a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura: sítios arqueológicos, arquitetura colonial, como os bens visíveis e invisíveis, artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação. A partir de então, a orientação foi que a intervenção com vistas à restauração deveria contemplar os usos sociais do que foi produzido no passado relacionado com as necessidades contemporâneas da maioria da população.¹¹

Uma outra contribuição significativa veio através do Manifesto de Amsterdã, de 1975, ao estabelecer que o patrimônio arquitetônico é constituído tanto pelos monumentos quanto pelos conjuntos que compõem as antigas cidades e as povoações tradicionais em seu ambiente natural ou construído, e que esse patrimônio é um capital social composto por valores insubstituíveis, cuja sobrevivência só pode ser assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população, especialmente pelos mais jovens. Iniciava-se assim a defesa da conservação integrada como um meio para a salvaguarda do patrimônio cultural. A Declaração também deliberou acerca dos usos que as edificações poderiam ter, que deveriam ser compatíveis com as necessidades da vida contemporânea (Declaração de Amsterdã, 1975).

A Carta de Nairóbi de 1976 foi mais além ao apresentar os conjuntos históricos como fontes de preservação da individualidade e da dimensão cultural dos povos, cuja preservação não poderia ser dissociada da participação da população. Nesse documento foi defendida a manutenção da composição social das áreas que sofreriam intervenções para sua preservação, de modo a evitar a expulsão das pessoas menos favorecidas que habitavam o espaço e assim evitar a gentrificação.

Outra contribuição veio através da Conferência Mundial no México, em 1985, que redefiniu o conceito patrimônio cultural ao aplicá-lo aos bens materiais e imateriais considerados por um povo, seja esse composto pelas obras de artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como pelas criações anônimas surgidas da alma popular, do conjunto de valores que dão sentido à vida. (Declaração do México 1985).

Portanto, ao encerrar-se a década de 1980 já se encontravam bastante discutidos os cuidados que se deveria tomar para a salvaguarda dos núcleos centrais das cidades, os centros históricos ameaçadas de degradação. Havia sido definidos os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação apropriados para a proteção da qualidade das cidades portadoras de centros históricos, de modo a favorecer a harmonia da vida individual e social e perpetuar o conjunto de bens que constituem a memória da humanidade. Fora também

afirmado a importância da participação e do comprometimento dos habitantes da cidade, condição indispensável para o êxito da salvaguarda.

Assim, quando na década de 1990 iniciaram-se as ações para a recuperação das cidades históricas de Salvador e Recife, já eram bastante conhecidas as orientações que deveriam nortear a intervenção no patrimônio cultural presente nos centros históricos, bem como as formas de atuação visando sua salvaguarda. Importa agora perceber como foram recebidas tais orientações pelos agentes responsáveis pela gestão dos conjuntos históricos de ambas as cidades, no processo de intervenção que tais espaços sofreram. Interessa, principalmente, o entendimento que os agentes responsáveis pelas ações tiveram quanto ao que pudesse ser considerado patrimônio cultural e o direito ao usufruto desses bens pelos cidadãos que habitam essas cidades.

Experiências de intervenção em áreas históricas degradadas no Brasil. O caso de Salvador

A cidade de Salvador, primeira capital do país, detém um significativo patrimônio cultural, expresso, entre outros, na rica arquitetura colonial de seu centro histórico. A parte central da cidade abriga praças largas como o Terreiro de Jesus e uma ladeira-praça do Pelourinho com belos casarões e suntuosas igrejas de diversas ordens. Os casarões e sobrados, em estilo colonial português, expressam um dos mais significativos conjuntos coloniais da América Portuguesa, com construções que representam não só a sucessão da técnica, mas “toda a evolução da vida urbana”.¹²

Esse espaço sofreu uma série de transformações ao longo do tempo, sobretudo a partir do final do século XIX, quando os proprietários saíram de suas residências e passaram a alugar as casas a outros moradores com menor poder aquisitivo. Gradativamente esses moradores abandonaram o centro em busca de lugares considerados mais nobres e, em meados dos anos 1930-1940 essa parte de Salvador passou a ser ocupada por uma população pobre, que não tinha condições de preservar sozinha, o espaço que habitava. A degradação física e social intensificou-se no meio século seguinte. Em meados da década de 1980 o Centro Histórico de Salvador, com parte significativa em ruínas, parecia uma cidade bombardeada.

A degradação física explicava-se pela ação do tempo, pela impossibilidade de seus moradores em conservar os imóveis que habitavam e pelo abandono político-social do espaço ao longo de praticamente todo o século XX. Apesar disso, o reconhecimento dos valores patrimoniais alçou, em 1985, o Centro Histórico de Salvador à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade. Pesquisas e levantamentos efetuados naquela ocasião constataram que 305

imóveis localizados na área tombada estavam completamente arruinados, ou em estado de avançada deterioração física.¹³

Esse espaço destacado pela UNESCO como pertencente à humanidade por seus valores paisagísticos, históricos e arquitetônicos, abrigava uma população composta por jovens, em sua maioria negros e mestiços, que viviam de trabalhos temporários e que tinham na pobreza sua característica mais marcante. Preservar o local, restaurar a arquitetura tornou-se assim uma preocupação de sucessivas gestões municipais e estaduais baianas. No entanto, todas as iniciativas de reabilitação do espaço esbarravam no que fazer com a população moradora do local que teria que deixar os imóveis para que as obras pudessem ser executadas.

Até o final da década de 1980 o local abrigava cortiços, nos quais vivia uma população pobre e marginalizada. Os programas de recuperação dos imóveis pouco saíam do papel, pois os proprietários, entre os quais a Santa Casa da Misericórdia e as ordens religiosas, não se sentiam estimuladas a recuperar seus bens em face à baixa renda auferida com os aluguéis para pessoas tão empobrecidas, ou mesmo a proceder qualquer restauração que viesse a mudar o uso da propriedade num meio como aquele. Qualquer outra possibilidade implicava em arcar com o ônus social do desalojamento da população ali residente. Abandonado pelas políticas sociais, o centro histórico era uma área segregada, cravada no centro da cidade de Salvador.

Essa situação continuou até o início dos anos de 1990. Para recuperar o conjunto arquitetônico fazia-se necessário encontrar saídas para a população moradora, que teria de desocupar os imóveis até que se procedesse a restauração.

Em 1992, o governo do estado da Bahia assumiu o compromisso de planejar e executar as tarefas de requalificação do local. Para isso definiu que a intervenção se faria em etapas, sendo que a primeira delas seria nos 100 imóveis, distribuídos em quatro quarteirões da área onde se encontra o bairro do Pelourinho. O projeto de intervenção foi fundamentado em uma metodologia na qual se preservaria "a volumetria (fachada) do conjunto, sem a obrigação de manter a originalidade das instalações internas dos imóveis", o que levaria ao "barateamento das obras"¹⁴

Para restaurar o local e buscar um aspecto 'original' seriam necessárias obras de reconstrução funcional, retirada dos postes e instalação de fiação subterrânea, além do sistema de redes pluviais e de esgoto. Cerca de 350 famílias saíram de suas casas; segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do estado da Bahia, todas foram indenizadas com valores entre 5 e 10 salários mínimos para que desocupassem os imóveis que ocupavam. Segundo o IPAC, a retirada dos moradores foi necessária e justa, haja vista que esses, apesar de não serem proprietários, foram indenizados para desocupar as residências. As indenizações foram calculadas na "justa medida" de modo que cada família recebeu um valor compensatório para a

saída da residência Nessa etapa foram recuperados 104 imóveis, onde antes habitavam 1154 pessoas e investidos 15 milhões de dólares. Em março de 1993 essa etapa foi inaugurada e teve início a segunda, compreendendo 119 edificações.¹⁵

Tal ação foi possível pois o governo baiano tornou-se proprietário dos imóveis abandonados e que foram desapropriados de seus antigos proprietários (30% do total) e, por meio de comodato, passou a deter o direito de uso das edificações particulares (70%) por um período entre 5 a 10 anos. Com esse poder tornou-se capaz de definir o perfil das atividades desejadas, o uso do solo e o tipo de morador considerado adequado pra se instalar no centro histórico.¹⁶

Toda a responsabilidade para a gestão do espaço ficou a seu encargo e ele passou a prover os serviços de infra-estrutura - manutenção hidráulica, elétrica, serviços de pinturas das fachadas e conserto das paredes – bem como a organização e publicidade de eventos culturais.¹⁷

Rapidamente o espaço transformou-se. As cores deram outra vida às fachadas, os largos abertos nos antigos quintais serviram como praça para eventos culturais; restaurantes, bares e lojas de artesanato, sob a garantia de um policiamento ostensivo, completaram a reordenação de um espaço planejado para a visitação.

A eliminação do uso residencial foi justificada pelo IPAC mediante alegações de que a população moradora era incompatível para o desenvolvimento do turismo e a preservação dos imóveis. Segundo ele, a preservação não poderia ser feita pelos antigos moradores na medida em que se tratava de pessoas "sem condições econômico-culturais de conservá-lo".¹⁸

Estes, quando se deram conta de que o abandono da casa e do trabalho não poderia ser compensado com os valores oferecidos pelo IPAC, uniram-se e formaram o Movimento de Defesa dos Favelados e passaram a pressionar o Instituto reivindicando a permanência ou uma indenização mais justa para aqueles que fossem obrigados a sair. Segundo representantes do Movimento, as indenizações, além de irrisórias, em função do processo inflacionário que o país vivia, sofriam defasagem entre o período do cálculo e o efetivo pagamento. Assim, recorreram à Ordem dos Advogados do Brasil - seção Bahia - visando uma ação cautelar, argumentando as dificuldades em abandonar um espaço que haviam ocupado por muitos e muitos anos, a perda da freguesia, bem como a falta de condições para comprar qualquer imóvel, ainda que fosse um barraco.¹⁹

A atitude dos moradores não se explicava somente em função da indenização. A perda das práticas de solidariedade construídas ao longo de anos e anos de convívio também foram motivos de revolta.

Doze anos após o término da primeira etapa da restauração do Centro Histórico de Salvador, constata-se que a maioria das pessoas não retornou às casas. O IPAC selecionou os poucos moradores considerados convenientes para retornarem ao local. A população

desalojada foi acomodada nos bairros periféricos, bastante distantes do centro, ou foram para as ruas próximas ao Pelourinho, ocupando casarões em ruínas, nas ruas e ladeiras ainda não contempladas na restauração. Essas pessoas, inconformadas com o destino imposto, cotidianamente buscam meios de retornar àquela parte da cidade, todavia a ação policial procura impedir seu acesso à região, alegando a periculosidade do convívio e o receio de que essa presença afaste os turistas do local.

Privado de seus moradores o Pelourinho transformou-se em uma vitrine para ser apreciada pelos turistas. Durante o dia a vida se restringe às atividades comerciais. À noite, a boemia é policiada, "o Pelourinho se transformou em um cenário (...) um teatro onde se representa Salvador para turistas".²⁰

De fato, a intervenção patrimonial ali realizada voltou-se para um tipo de turismo que não deixa de ser predatório e negou, a uma parcela da população, o direito ao usufruto da cidade. Uma vez que as ações não se voltaram para a inclusão dos habitantes, para a possibilidade de pensarem conjuntamente a definição de problemas, a identificação de soluções e as estratégias para atingi-las, negou-se a essa gente não só o direito de participação como também o direito ao usufruto daquela parte da cidade. A ação do IPAC ao considerar os moradores do local pouco cultos para apresentarem qualquer contribuição efetiva impossibilitou-o de compreender que o patrimônio cultural é muito mais do que edificações.

A prioridade dada à recuperação do conjunto arquitetônico em detrimento do cultural e social acarretou conseqüências para a manutenção da restauração, mormente quanto à possibilidade de tornar o Centro Histórico de Salvador sustentável, isto é, com capacidade de prover, com um mínimo de importação, os recursos de que necessita. Essa situação tornou-se de tal forma comprometedor que hoje, "se retirada a participação do Estado, o Centro Histórico não se sustenta e corre sério risco de voltar a se degradar" (IV SIRCHAL, 2001).

O caso de Recife

A cidade de Recife, por sua vez, viveu uma situação um pouco diferente no que concerne a aplicação de medidas destinadas à restauração e conservação de seu patrimônio cultural.

O centro histórico da capital pernambucana compreende um conjunto de bairros: Bairro do Recife Antigo ou Ilha do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. O Bairro do Recife é a porção mais antiga da cidade cuja história remonta ao século XVI, quando o porto ali instalado movimentava o comércio de Olinda. Esse bairro tem uma configuração geográfica limitada a leste pelo Oceano atlântico, a oeste pelos rios Beberibe e Capibaribe Recife e ao sul pela bacia do rio Pina. Ao norte ele era ligado ao continente por uma faixa estreita de terra,

uma restinga que vinha desde Olinda. Tais condições tornavam o local ideal para os serviços de navegação, tanto é foi escolhido para abrigar o porto. A expansão da economia açucareira fez que no início do século XVII esse porto se tornasse o maior da América. Como resultado desse crescimento, a ocupação urbana se seguiu paralela à costa e em direção ao continente, num desenho muito próximo das cidades novas do medievo português.²¹ O domínio holandês, a partir de 1630, propiciou a expansão urbana do bairro. Foram realizadas obras como melhoramentos no ancoradouro, aterro de mangues, a construção dos primeiros sobrados e de uma ponte para ligar essa faixa de terra à ilha de Santo Antônio e esta ao continente. Quando se deu a saída dos holandeses o Recife Antigo contava com casas térreas, com sobrados de um ou dois andares, uma igreja católica, uma sinagoga, o Palácio do Governo, a Alfândega, o porto e os armazéns portuários.

No decorrer do século seguinte toda a cidade cresceu significativamente. Estima-se que em 1724 houvesse em torno de 7.000 habitantes no Bairro do Recife. Esse crescimento foi refreado no século seguinte, quando a economia da região entrou em decadência e o porto de Recife passou a sofrer a concorrência dos portos do Rio de Janeiro e Salvador.²²

Como alternativa para superar a crise que a região vivia passou-se a defender a necessidade de reformas urbanas no bairro para aparelhar o porto e dar-lhe condições de competitividade. Os esforços para as modificações ocorreram desde o século XIX, mas o que se pode considerar como remodelação ocorreu nas primeiras décadas do século XX e foi norteadada pelos princípios higienistas e sanitaristas dominantes naquele momento. Com bases nesses preceitos um outro padrão de ocupação e uma outra ordem estética ditaram a modernização do porto e do Bairro do Recife. O que se buscava naquele momento era modernizar o bairro como um todo e transformá-lo em um centro urbano de atividades ligadas ao comércio internacional e ao sistema financeiro

Nesse tempo ali viviam cerca de 13 mil pessoas distribuídas em 1.180 casas e sobrados. A maioria dessa população era composta por pescadores, artesãos, caixeiros, trabalhadores portuários. E foram justamente esses indivíduos os mais afetados pelas alterações urbanísticas, pois a abertura de avenidas e uma outra organização do tráfego implicaram na destruição de várias construções como os sobrados coloniais e a igreja remanescente do século XVI. 205 dos 1180 prédios existentes foram destruídos, o que acarretou o desalojamento de 3.000 a 5.000 pessoas, sobretudo os pequenos comerciantes.²³

O arruamento espontâneo foi refeito, conjuntos urbanos como os arcos de acesso ao bairro, remanescentes das fortificações do século XVII, bem como a Matriz do Corpo Santo, a primeira igreja da cidade e o seu largo envolto por sobrados delgados, tudo foi demolido. Os sobrados construídos em torno das novas avenidas e aqueles que permaneceram do período colonial ganharam uma fachada eclética. A arquitetura escolhida destacava-se pela volumetria, pela tridimensionalidade acentuada com cúpulas, frontões salientes e outros ornamentos. Com

tais modificações esperava-se atrair as classes mais abastadas para o bairro, a porta de entrada da capital pernambucana.

No entanto, as modificações estéticas na paisagem urbana não propiciaram a modernização pretendida. Tanto a concorrência de outras partes da cidade, quanto as atividades portuárias próprias do local, tornaram aquele espaço incompatível com as pretensões urbanísticas, pois os serviços necessários para a movimentação do porto acarretavam o surgimento ou mesmo a manutenção de atividades de comércio e de serviços para atender aos estivadores, carregadores e marinheiros. Certos negócios considerados inadequados como os cabarés, o pequeno comércio de comida barata e as zonas de prostituição resistiam em sair do local, de modo que mesmo transformado esteticamente, o bairro convivia com negócios duais: por um lado o comércio atacadista exportador e os serviços financeiros, por outro, as atividades consideradas marginais: cabarés, boates, prostíbulo e bares noturnos. A identificação do local como um espaço boêmio acabou por desestimular a ida da burguesia para aquele local, o que contribuiu para aprofundar o esvaziamento populacional. Os casarões reformados, enobrecidos, quedaram-se vazios de moradores. Nos poucos que mantiveram a habitação, pessoas extremamente pobres viviam aglomeradas em espaços subdivididos. Pobreza semelhante podia ser encontrada ao norte do bairro, em moradias improvisadas sobre as ruínas de edificações abandonadas em uma área ao redor do porto. De 13.204 habitantes existentes em 1910, havia apenas 604 que efetivamente moravam ali em 1980.²⁴

Ao final dos anos oitenta o Recife Antigo era uma área abandonada no centro da capital pernambucana. Esse abandono se manifestava tanto em relação às edificações e equipamentos urbanos de uso coletivo, quanto na ação social. A inversão de valores para os melhoramentos urbanos ocorria em outras partes da cidade, mas não naquele espaço o que o levou a se tornar 'uma periferia central', uma área subutilizada com edificações numa ampla desvalorização imobiliária, muitas desocupadas e quase todas expostas à deterioração.

A deterioração das condições humanas aguçara-se nesse tempo haja vista que desde 1975 surgira ao norte, nas quadras próximas ao porto, uma ocupação clandestina formada por trabalhadores portuários que buscavam residir próximo ao local de trabalho. Trabalhadores da estiva e ensacadores construíram entre ruínas, nas quadras desapropriadas ao redor do porto, um conjunto de barracos que passou a se chamar Favela do Rato ou Comunidade do Pilar. No final da década de 1970 havia no local 89 edificações onde viviam 330 pessoas; esse número cresceu rapidamente e, em 1998, eram 370 edificações para acomodar 961 pessoas.²⁵

O bairro, quase esvaziado na parte sul, concentrava ao norte uma população extremamente pobre. Levantamentos feitos em 2001 mostraram que eram pessoas com baixíssima escolaridade, que percebiam em torno de um salário mínimo, cuja maioria vivia em imóveis de apenas um cômodo, muitos feitos pela junção de madeira, plástico e papelão, sem

esgoto sanitário e com energia elétrica e água tratada obtidas de forma clandestina. Em uma área de dois hectares, a densidade populacional chegava a 526 habitantes por hectares.²⁶

Apesar desses problemas todos, a riqueza arquitetônica do lugar não deixou de despertar a atenção dos órgãos públicos. Experiências pontuais foram levadas a cabo na década de 1970, quando o SPHAN e a Fundação Pró-Memória, dentro do programa de conservação dos sítios históricos, estudaram modos de intervir na cidade. As primeiras ações vieram através da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, que nessa mesma década inventariou os sítios históricos da área metropolitana e elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana. Nos anos 1980 a Prefeitura do município implementou o Plano, instituindo os sítios históricos de preservação e suas zonas de proteção. Também criou o Departamento de Planejamento dos Sítios Históricos com a atribuição de realizar estudos para a recuperação de todo o centro histórico. Em que pesem essas iniciativas, até 1986 todo o Centro permanecia como área problema da cidade.²⁷

Em 1986 um novo projeto da Prefeitura objetivou intervir com mais afinco no centro, de modo a conter o processo de degradação do espaço. O Recife Antigo foi destacado em relação ao centro expandido e criado o Escritório de Reabilitação do bairro, para viabilizar a recuperação daquele espaço. As ações do Escritório voltaram-se para o cadastramento da população favelada e moradora dos cortiços, para propostas de resgate da memória por meio da história oral, a elaboração de projetos de conversão de duas edificações em residências coletivas, a criação de um restaurante popular e de um núcleo de educação voltado para os moradores do bairro. Entretanto, os dirigentes do porto e de instituições financeiras, os grandes proprietários imobiliários, os atacadistas e os agentes do comércio internacional que ali atuavam não apoiaram os projetos por entendê-los direcionados unicamente aos grupos sociais de menor renda. Assim, o término daquela gestão municipal e as alterações político-partidárias na condução do município levaram ao abandono das propostas do Escritório.²⁸

Até o final da década de 1980 o Centro do Recife permanecia como uma das principais áreas problemas da cidade. Dentro dele, o Recife Antigo chamava a atenção pela degradação das edificações e dos espaços públicos, pela ausência de moradores em quase toda a área, com exceção da pequena parte em frente ao porto de Recife que abrigava a favela. Todo o centro antigo estava deteriorado, mas o bairro constituía a parte mais problemática desse centro, um espaço estigmatizado, uma zona considerada marginal e perigosa.

Foi então que em 1991 o governo do estado de Pernambuco encomendou um plano para criar no bairro um pólo de atividades voltado para o turismo. Para o governo estadual, o patrimônio histórico e artístico ali existente podia ser uma grande fonte de valor para a economia.²⁹

Formulou-se então um Plano de Revitalização com o objetivo de conservar o patrimônio e torná-lo um espaço de lazer e diversão para a população da cidade. Nesse plano

o turismo aparecia como viabilizador de desenvolvimento, uma atividade destinada a gerar riqueza e emprego, pois se entendia que o local era detentor de um patrimônio arquitetônico de invejável valor em escala nacional e possuía uma situação natural magnífica, justamente por ser uma ilha delimitada por rios e pelo mar, com atributos ambientais únicos.

Os governos estadual e municipal uniram-se e a prefeitura obteve empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Juntos, estado e município buscaram parcerias com empresas privadas para a recuperação e manutenção do bairro. A maioria dos recursos públicos foi garantida pela municipalidade – cerca de 2,7 milhões de reais, com uma pequena participação do Governo do Estado. O investimento privado chegou ao redor de 2,9 milhões de reais, numa proporção de um real de investimento público por um real de investimento privado.³⁰

O eixo norteador da intervenção era o turismo, compreendido como um novo meio de usar o espaço. Defendia-se naquele momento que as propostas de intervenção anteriores não resultaram em melhorias, pois se fundaram na manutenção das atividades tradicionais do bairro e em restrições de controle dos usos do espaço, o que levava ao ‘ciclo vicioso da degradação’. O Plano previa novos usos para o lugar, com “serviços modernos, de cultura, lazer, de turismo, de comércio varejista moderno e de habitação”. As atividades deveriam ser especializadas, havendo três grandes setores ao longo de sua extensão: setor de conservação, de revitalização e de renovação. O setor de conservação, uma faixa paralela às águas do oceano e dos rios, foi considerada uma área consolidada para a instalação de instituições públicas. O setor de revitalização que ocupa o centro sul sofreria intervenção para melhorar as condições de uso e qualidade ambiental. Nele encontravam-se superpostos e justapostos três modelos históricos de traçado urbano que a cidade experimentara: do período colonial, do século XIX e do início do século XX. A estrutura urbana e as edificações fossem de estilo remanescente ao período colonial, ou apresentassem características do ecletismo, protomodernas ou modernas, seriam alteradas de modo a receber serviços públicos, comércio varejista, atacadista, indústria e habitação. O setor de renovação ao norte do território, com grande parte de imóveis ociosos, receberia os serviços em gerais, o comércio atacadista, a indústria e a habitação.³¹

As obras para a consecução do plano incidiriam na infra-estrutura física do local: remodelamento de ruas, pontes, calçadas e da iluminação. Em seguida haveria a recuperação das praças e das fachadas dos edifícios do setor de revitalização. Num terceiro momento se faria a consolidação de áreas dentro desse espaço para o empreendimento turístico.

O Plano fora pensado como uma ação pública para orientar a ação dos agentes sociais que investiriam no bairro, fundamentalmente através de centros de comércio, animação, lazer e cultura. O que se pretendia era torná-lo um espaço de lazer, consumo e animação diurna e

noturna, de modo a garantir um fluxo permanente de moradores da cidade, de turistas e visitantes.

Em 1993 começaram as obras com a recuperação dos espaços públicos degradados: ruas, avenidas, iluminação, abastecimento de água, abertura de avenidas e recuperação da ponte que liga o Recife Antigo a outras partes da cidade. Foram feitas as parcerias com o setor privado, recuperadas as praças e desapropriados alguns imóveis de proprietários que não aderiram aos propósitos de recuperação. Os imóveis mantiveram a volumetria, a fachada e o tipo de cobertura tradicionais. Os demais componentes das edificações seguiram critérios vários, negociados de acordo com os recursos dos proprietários. Cerca de 75% da área foram remodeladas.³²

Em meados de 1994 o Bairro de Recife Antigo passou a ser um espaço de atração turística, em especial pela realização de eventos de natureza cultural como o carnaval ou de grandes shows.

Apesar disso, tal qual em Salvador, não se pode dizer que a restauração empreendida tenha sido um sucesso, pois as dificuldades na conservação da restauração e em sua sustentação são hoje bastante significativas. Tais dificuldades residem em vários pontos. Um deles ainda repousa na dificuldade de atrair pessoas para o local. A restauração empreendida acabou por acarretar a supervalorização dos preços dos imóveis, que praticamente dobrou em relação ao preço anterior à intervenção. Isso propiciou um encarecimento dessas propriedades em comparação com outras áreas da cidade, em geral melhor localizadas em termos de acessibilidade. Os preços dos aluguéis também ficaram em níveis altos, o que contribuiu para afastar investidores com menor poder aquisitivo e levar a ociosidade de inúmeros imóveis recuperados. Igualmente a qualidade da infra-estrutura urbana contribuiu para desestimular o investimento naquele espaço. Serviços públicos como a segurança, o abastecimento de água e de locais para estacionamento seguem como problemas do local. Os custos para a manutenção dos espaços públicos que inclui reparos em calçadas, pontes e vias, desobstrução do sistema de drenagem, coleta do lixo, varrição das ruas, etc, tiveram uma variação de 126% em relação ao período anterior. O fluxo de receitas tributárias, por sua vez, não acompanhou o fluxo de gastos de manutenção, o que acabou por gerar um déficit a ser coberto pelos demais moradores da cidade.³³

O que pode ser constatado é que uma grande parte desses problemas foi oriunda dos usos que se pensou para o bairro como um todo. Em que pesem as formulações no plano de que haveriam setores destinados à habitação, não se verificou qualquer iniciativa efetiva no sentido de abrigar pessoas na vida cotidiana do lugar. Como no Centro Histórico de Salvador, os edifícios do Bairro do Recife são casarões de vários andares. As intervenções em grande parte desses imóveis restringiram-se à fachada, à cobertura e ao térreo, pois se buscava a utilização mono-funcional, isto é, unicamente para atividades comerciais e sob um regime de

contrato único. Em ambos os processos a intervenção nas edificações objetivou convertê-las em espaços para abrigar atividades lucrativas, capazes de trazer consumidores para a área, ainda que fosse uma população flutuante de turistas ou usuários temporários (principalmente à noite). Tal opção acabou por se revelar inadequada, uma vez que não propiciou o retorno do investimento privado e legou ao setor público um déficit que se acumula desde 1997. Hoje, os dois lugares permanecem dependentes de investimentos do poder público para a manutenção do patrimônio arquitetônico, cultural e paisagístico recuperado.

A problemática do usufruto dos espaços citadinos elevados à condição de patrimônio cultural

A normativa internacional para a preservação dos bens culturais afirmara desde os anos 1960 que o patrimônio de uma cidade não se esgota em seus edifícios e na paisagem urbana. As manifestações culturais imateriais, geridas ao longo de seu processo de formação histórico como a gastronomia, o artesanato, as tradições religiosas, as festas pagãs, entre outras, fazem parte de conjunto e são elas que sustentam a identidade coletiva dos moradores, fazem parte da cultura da cidade no sentido amplo e não podem ser deixadas de lado nas políticas destinadas à preservação do patrimônio que é histórico e cultural (Carta de Veneza, 1964; Carta de Quito, 1967; Colóquio de Quito, 1977; Carta de Washington, 1987).

No que se refere ao Centro de Salvador, esse era reconhecido pelo conjunto edificado de inegável valor. Mas não era só isso, desde a metade do século XX tornara-se também notório pelas práticas e representações culturais da população que ali habitava e que produzia significados e identidades com o local. A musicalidade de grupos como o *Afoxé Filhos de Gandhi* e o *Olodum* configuravam-no como um local que valorizava a tradição africana dos antepassados da população moradora, o que contribuía para atrair pessoas identificadas com o som e com o movimento negro. Do mesmo modo, a gastronomia era um pólo de atração daqueles interessados em saborear bebidas como o *cravinho*, ou pratos como o *vatapá*, o *acarajé* e o *xinxim de galinha*, símbolos da ancestralidade africana.

Também as atividades de serigrafia, incluindo o aspecto criativo (desenho/*layout*) e arte-final (revelação/estampa) caracterizavam formas específicas de apropriação e representação daquele espaço, estampado em vestimentas e adereços que remetiam às origens africanas da população habitante do lugar. Cabe ainda destacar a pintura em estilo *naif*, pinturas 'ingênuas' com representações imagéticas das casas de família e das casas de prostituição, dos bares e dos caminhos de pedra por onde circulavam vendedores ambulantes, boêmios, mendigos, homens, mulheres, etc, que traduziam modos da população residente olhar e representar aquele espaço.

A reabilitação proposta para o Centro de Salvador implicou numa perda dupla: primeira em função do esvaziamento do local, do abandono do uso residencial; segundo pela apropriação pela indústria turística das práticas culturais, transformadas em mercadorias produzidas em larga escala para o consumo dos visitantes do local.

Não muito diferente foi a situação vivida pelo Bairro do Recife Antigo. O patrimônio cultural desse local podia ser encontrado nas antigas igrejas, nos fortes, nos sobrados e em outras edificações históricas, mas igualmente nas atividades em torno das águas, que configuraram a história e a memória do lugar. Os moradores do bairro desde sempre conviveram com as águas dos rios e do mar que torneiam o lugar. A vida cotidiana daquele espaço foi por séculos de coexistência com as águas. Seja a população ribeirinha, sejam os trabalhadores do porto, o dia-a-dia se fez na lida com as águas. A restauração efetivada aprofundou a separação já existente entre cidade e porto e deixou de lado a possibilidade de envolvimento da comunidade local, com seu modo de vida profundamente ligado aos rios e ao mar.

Também não se pode esquecer de práticas cotidianas dos moradores do lugar que contribuíram para a disseminação da cultura pernambucana expressa, entre outros, nas danças de origem africana e indígena como o maracatu, a caboclinha e o frevo, assim como os blocos carnavalescos. Um dos primeiros clubes de carnaval, os Caiadores, surgiu exatamente no Bairro do Recife Antigo. Nas tardes das terças-feiras de carnaval, o pessoal do clube ia à Matriz de São José, tocando uma marcha carnavalesca e levando nas mãos baldes, latas de tinta, escadinhas e varas com pincéis, com os quais caiavam, simbolicamente, a igreja. Outros clubes como os Xaxadores, Canequinhas Japonesas, Marujos do Ocidente e Toureiros de Santo Antônio também surgiram no bairro.³⁴

Ao definir por um modelo mono-funcional de reabilitação centrado na exploração dos recursos arquitetônicos do local, esse passado de histórias foi abandonado. Embora o Plano tenha feito referências à situação geográfica do local, envolto pelas águas, nenhuma ação para o aproveitamento das águas entrou em execução até a presente data. Do mesmo modo, não se efetivou qualquer programa de valorização das práticas e representações culturais da comunidade moradora, ou qualquer projeto de educação patrimonial com vistas a incluí-la como agente na tomada de decisões que envolve seu espaço de convívio.

Todavia, o abandono das outras funções que modelaram a história do bairro não ficou incólume. Tal qual o Centro Histórico de Salvador, o Bairro do Recife Antigo é um espaço restaurado mediante pesados investimentos do poder público, mas que enfrenta dificuldades em gerar recursos para a auto-sustentação, isto é, para se prover importando um mínimo de recursos para suas necessidades. O custo social da opção preservacionista adotada em ambos os espaços pode ser avaliado tanto pela situação deficitária que aquelas cidades vivem em relação à manutenção de seus centros históricos restaurados, quanto por meio do triste

espetáculo das inúmeras pessoas desalojadas que passaram a se amontoar nas ruas e casas de parte ainda não restaurada do Centro Histórico de Salvador, ou que sobrevive em péssimas condições de vida na Comunidade do Pilar, quando não embaixo das marquises de edifícios restaurados e vazios no Bairro do Recife Antigo.

Ora, se concordamos que a riqueza do patrimônio cultural dos centros históricos deriva da trajetória desses lugares, da acumulação de sucessivos modos de viver que tornam tais espaços singulares, o legado de tradições não pode ser ignorado quando se busca sua revitalização. Para que a conservação do patrimônio revitalizado possa ser sustentável é necessário pensar em usos mistos para esses locais, com a retomada de moradia que permita consolidar uma vida cotidiana, com várias atividades. Se o que se pretende é a reabilitação e a revitalização desses espaços é imprescindível torná-los habitado, assegurar a permanência dos antigos moradores e atrair novos grupos sociais que possibilitem a manutenção das atividades tradicionais da cidade.

O centro histórico não pode ser visto como uma mercadoria sujeita a processos especulativos, como valor de troca mais do que valor de uso. A política de reabilitação não deve ter um objetivo que seja resultante do esvaziamento de seus habitantes e de suas atividades produtivas. Ele precisa ser mais um espaço social de cultura e vida do que uma mercadoria cuja rentabilidade deva ser sempre incrementada sem limite algum. Isso é fundamental não somente para a conservação do bem patrimonial, mas para a geração de riquezas que possam ser convertidas para a população moradora.

Experiências na Espanha, em Portugal e no Equador têm mostrado que o patrimônio cultural pode ser explorado de modo a gerar divisas para o desenvolvimento da cidade. O turismo cultural, ou seja, a atividade turística que se volta para as belezas naturais e artísticas, assim como para as tradições e costumes das pessoas que habitam essas paragens tem se convertido em um meio de desenvolvimento econômico do qual os povos, em especial os que se encontram em vias de desenvolvimento não podem renunciar. Tal tipo de atividade tem se mostrado como uma fonte de divisas e de postos de trabalho.³⁵

Para que isso se efetive é fundamental que se reconheça a importância da cultura como uma força capaz de impulsionar e dinamizar o desenvolvimento social, de modo a incluir o maior número de manifestações artísticas e de elementos da cultura popular.³⁶

O que se pode concluir a partir das experiências levadas a efeito em Salvador e Recife é que as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro apontam para um duplo desafio a ser enfrentado. Um primeiro que requer mudar a visão alicerçada na convicção de que os bens culturais se limitam ao material, à arquitetura, aos antigos objetos em desuso, e reconhecer que estes bens compreendem também as experiências vividas, condensadas em linguagens, conhecimentos, tradições materiais, modos de usar os bens e os espaços físicos. O segundo desafio corresponde à necessidade de adequar os interesses preservacionistas

com as orientações constantes nas Cartas, Convenções e Recomendações emitidas pelas organizações internacionais, principalmente quanto à primazia do interesse público sobre a propriedade privada, questão crucial para a legitimação da proteção.³⁷

Isso implica em reconhecer as orientações de que nem a cidade nem partes dela podem ser compreendidas como um monumento, exposta à visitação pública. Ela é um espaço histórico vivo, com habitantes que têm direito à participação cidadã nas políticas integrais de revitalizações dos espaços que habitam. Somado a isso reconhecer que o patrimônio histórico além de ser um bem cultural é um direito de cada sociedade. Seu conhecimento, uso e desfrute são direitos fundamentais de cada povo, são prioritários na vida de cada indivíduo, pois são a base das identidades culturais.

Assim, ao se elaborar um plano de intervenção em espaço urbano é imprescindível considerar a participação popular. É necessário que a população se sinta identificada com os bens preservados, que se reconheça nesse espaço, pois só assim ele se torna, de fato, representativo dela e para ela. O reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens acarreta esforços comuns para sua preservação e, quanto mais coletivo e representativo ele for, mais autêntico será.

Em um país como o nosso em que os espaços degradados são muitas vezes ocupados por pessoas em abandono social, um elemento primordial para a conservação dos bens que sofrerão a intervenção é a identificação da população com esses bens. Para isso é imprescindível que se busque a educação patrimonial no sentido de que os cidadãos conheçam e defendam seu patrimônio e assim contribuam para sua salvaguarda. Uma educação que inclua não só as pessoas mais desprotegidas socialmente quanto aqueles capazes de investir no restauro e na conservação dos bens.

Mas, que seja de fato uma inclusão na qual as decisões, os compromissos e as responsabilidades sejam compartilhados entre os interessados. Em outras palavras, uma intervenção planejada de modo a incorporar os princípios da participação de todos os interessados e não apenas de especialistas do setor público; que considere a responsabilidade de compartilhar as decisões e a execução das mesmas; que se comprometa com a execução das decisões tomadas pela coletividade, e que não separe as decisões e a execução das estratégias de ação.³⁸

Um planejamento que possa comprometer a coletividade com os bens que se pretendem preservar, destacando o conjunto de valores agregados àqueles bens e que correspondem à história e à memória da coletividade no sentido mais amplo. Cabe assim ordenar ações que promovam a sensibilização e o respeito da coletividade com os bens e as referências materiais e imateriais formadoras da memória e da identidade.

Estes são alguns dos procedimentos que podem tornar os Centros Históricos como os de Salvador e de Recife em áreas de conservação do patrimônio cultural, integrados à cidade e

inseridos num projeto nacional. Locais que traduzam preocupações com a cultura, a identidade e as políticas públicas, promotoras ao acesso à cidadania e à participação democrática nos processos de tomada de decisão.

Notas

-
- ¹ CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p. 24.
- ² CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Cidade: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, 1994, p. 96.
- ³ CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*, São Paulo, Ed. Unesp, 2001, p. 95.
- ⁴ GONZÁLEZ-VARAS, I. Conservación de bienes culturales. Madrid, Cátedra, 2003, p. 37-38.
- ⁵ Idem, pp. 43-44.
- ⁶ CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*, São Paulo, Ed. Unesp, 2001, p. 181.
- ⁷ Idem, ibidem, p. 200-236.
- ⁸ GONZÁLEZ-VARAS, I. Conservación de bienes culturales. Madrid, Cátedra, 2003, p. 44.
- ⁹ CASTILLO RUIZ, J. Hacia una nueva definición de patrimonio histórico? *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. XVI, Sevilla, IAPH, septiembre 1996, p. 22.
- ¹⁰ GONZÁLEZ-VARAS, I. Conservación de bienes culturales. Madrid, Cátedra, 2003, p. 59-60.
- ¹¹ CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Cidade: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, 1994, p. 96.
- ¹² SANTOS, M. *O centro da cidade de Salvador*. Salvador, UFBA, 1959, p. 101.
- ¹³ BOMFIM, J. *Políticas Públicas para o Centro Histórico de Salvador*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFBA, Salvador, 1994, p. 72.
- ¹⁴ *A Tarde*, Salvador, 06.04.1992, p. 3.
- ¹⁵ *A Tarde*, 28.07.1993, p. 5.
- ¹⁶ URIARTE, U. M. Intervenções recentes em centros históricos. *Artigos CeVEH*. Disponível em www.ceveh.com.br/biblioteca/artigos/um-p-a-intervenc.html. Capturado em 28.02.2003.
- ¹⁷ FERNÁNDEZ, A. S. A. *Empresarialismo urbano em Salvador. A recuperação do Centro Histórico Pelourinho*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. UFPE, Recife, 1998, p. 54-55.
- ¹⁸ Folha de S. Paulo, 03.10.1994.
- ¹⁹ *A Tarde*, 14.10.1992, p. 5.
- ²⁰ AZEVEDO, R. M. de. Será o novo Pelourinho um engano? *Cidade: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* no. 23. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MEC, 1994, p. 131.
- ²¹ ZANCHETI, S. M., MARINHO, G. e LACERDA, N. *Revitalização do Bairro do Recife*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, 1998, p.9.
- ²² Idem.
- ²³ ZANCHETI, S. M., MARINHO, G. e LACERDA, N. *Revitalização do Bairro do Recife*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, 1998, p. 12-13.
- ²⁴ Idem, p. 15.

-
- ²⁵ PREFEITURA DO RECIFE, Comunidade do Pilar. Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social. Carta Consulta – BNDES, Recife, 2002, p. 17.
- ²⁶ Idem, p. 18-20.
- ²⁷ ZANCHETI, S. M., MARINHO, G. e LACERDA, N. *Revitalização do Bairro do Recife*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, 1998, p. 96-97.
- ²⁸ Idem, p. 98.
- ²⁹ ZANCHETI, S. M., MARINHO, G. e LACERDA, N. *Revitalização do Bairro do Recife*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, p. 3.
- ³⁰ ZANCHETI, S. M., MARINHO, G. e LACERDA, N. *Revitalização do Bairro do Recife*. Recife, Ed. Universidade da UFPE, p. 90.
- ³¹ Idem, p. 99.
- ³² Idem, 106.
- ³³ Idem, pp. 119-120.
- ³⁴ LIMA, C. M. de A. R. *História do Carnaval*. Disponível em www.fundaj.gov.br/docs/text/carnaval.html, 2000. Capturado em dezembro de 2004.
- ³⁵ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Grijón, Ediciones TREA, 2002, p. 375.
- ³⁶ RICHARD, G. Políticas y actuaciones en el campo del turismo cultural europeo. In: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León. *Turismo Cultural: el patrimonio histórico como fuente de riqueza*. Valladolid, 2000, p. 79.
- ³⁷ CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Cidade: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, 1994, p. 97.
- ³⁸ PONTUAL, V. A referência cultural e o planejamento da conservação integrada. In JOKILEHTO, J. et all. *Gestão do patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002, p. 102-104.